

# MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO EM CIDADES MÉDIAS: DISCUTINDO O DESENVOLVIMENTO URBANO NO CRATO-CEARÁ

João César Abreu de Oliveira<sup>1</sup>  
João César Abreu de Oliveira Filho<sup>2</sup>  
Cláudio Smalley Soares Pereira<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente trabalho visa problematizar o ambiente urbano na cidade do Crato. Discute a problemática ambiental na perspectiva do desenvolvimento urbano e no planejamento de políticas públicas na cidade. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica, conversas informais, entrevistas, observação participante, elaboração de mapas mentais e memória fotográfica. Dessa forma, os resultados obtidos na pesquisa demonstraram que a cidade vivencia fortes impactos ambientais causados pela ineficiência de políticas públicas de planejamento urbano.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Cidade. Planejamento. Desenvolvimento Urbano.

## ENVIRONMENT AND PLANNING IN MEDIUM-SIZED CITIES: DISCUSSING URBAN DEVELOPMENT IN CRATO-CEARÁ

### ABSTRACT

This work intends to discuss the urban environment in the city of Crato. Discusses environmental issues from the perspective of urban development and planning of public policy in the city. The methodology consisted in a bibliographical review, informal conversations, interviews, participant observation, development of mental maps and photographic memory. Thus, the results of the research showed that the town experiences strong environmental impacts caused by the inefficiency of public policies for urban planning.

Keywords: Environment. City. Planning. Urban Development

---

<sup>1</sup> Professor doutor da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Crato. Email: njcesar@bol.com.br

<sup>2</sup> Estudante de graduação do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Email: cesarfabreu@hotmail.com. Bolsista de IC do CNPq.

<sup>3</sup> Estudante de graduação do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Email: clasmalley@hotmail.com. Bolsista de IC do CNPq.

## INTRODUÇÃO

Ao viver em uma cidade, o ser humano sempre vivencia momentos que não lhe agradam no cotidiano. Muitos destes momentos estão relacionados à qualidade de vida e às condições de sua cidade.

Atualmente, não é difícil encontrar pessoas cada vez mais preocupadas com sua situação e da sociedade frente aos problemas cotidianos, que quase sempre estão relacionados com a saúde, educação, trabalho, emprego, moradia, transporte, higiene, dentre outros.

As discussões sobre desenvolvimento e as diretrizes que nortearam ou devem nortear uma cidade, travadas nos locais mais movimentados do espaço urbano, geralmente pairam na perspectiva do senso comum e das representações sociais de meio ambiente.

Teoricamente, as abordagens referentes ao urbano provocam avanços no que diz respeito ao entendimento das relações entre os termos desenvolvimento e meio ambiente, no sentido de pensar que o desenvolvimento das cidades deve caminhar em direção a um ambiente urbano com melhor qualidade de vida.

Será que é possível existir desenvolvimento sem haver uma preocupação com o ambiente e sem luta contra os desequilíbrios sociais e a pobreza? O esgotamento dos padrões de desenvolvimento urbano das grandes cidades não demonstram a necessidade de repensar as formas de planejar uma cidade? Sendo a cidade do Crato uma cidade média, não seria mais prudente promover políticas públicas urbanas e ambientais que evitassem a ingorvenabilidade urbana que caracteriza as grandes cidades?

A partir de experiências vivenciadas no cotidiano das cidades e de pressupostos teóricos a respeito da questão urbana e ambiental, tornou-se possível discutir os princípios da produção do espaço urbano da cidade do Crato, buscando, assim, entender e teorizar sobre como se processou e atualmente se processa a questão urbano-ambiental desta cidade frente às políticas públicas de planejamento e desenvolvimento urbano, processo que será enfatizado no decorrer deste artigo.

## A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NA CIDADE DO CRATO-CEARÁ

O processo por que passou a cidade do Crato e atualmente continua passando em relação às políticas de desenvolvimento urbano, deixou para a sociedade cratense um legado de desrespeito ao ambiente, onde se percebem altos índices de pobreza, miséria, violência e a desvalorização dos ambientes naturais como patrimônio histórico, ecológico e cultural.

Não foi objetivo deste trabalho utilizar o discurso ambiental como uma concepção idealizada da natureza contraposta à cidade inventando o antiurbano, mas utilizá-lo como importante elemento da vida urbana, já que a deterioração das cidades é fruto das relações sociais do processo de reprodução do espaço urbano que transforma a cidade, cada vez mais, em valor de troca em detrimento do valor de uso, eliminando o sentido de habitar, de viver do cidadão, esgotando os pontos de encontros e reencontros, espaços lúdicos, da festa e do trabalho (CARLOS, 1992).

As alterações por que vem passando a cidade do Crato, no Ceará, decorrentes do processo acentuado de urbanização no Brasil, entendido, de acordo com o pensamento de Santos (1994), como fenômeno irreversível, ocasionou graves consequências ao meio ambiente urbano, gerando uma complexidade de problemas, agravando a degradação da qualidade de vida dos cidadãos e levando a formas irracionais de uso do solo urbano e dos ambientes naturais.

A cidade do Crato, localizada no sul do Ceará, na denominada região do Cariri, que historicamente apresenta-se como importante centro de produção e consumo, com atividades econômicas, sociais e culturais que influenciam a região, passa, nestas duas últimas décadas, por um intenso processo de degradação da qualidade de vida, em virtude da descaracterização dos ambientes urbanos e paisagísticos norteadores de uma vida mais humanizada, bem como pela exacerbção da pobreza, miséria e outros aspectos indicadores da deterioração urbana.

A cidade do Crato, pela ineficiência de políticas públicas de desenvolvimento urbano e pela falta de sensibilidade por parte de grande parcela dos atores sociais com a questão ambiental,

encontra-se, atualmente, com altos índices de poluição das águas superficiais e dos aquíferos. Há devastação, na cidade, de grande parte dos últimos resquícios de sua vegetação nativa; destruição de seu patrimônio cultural, histórico e ambiental; acúmulo acentuado de lixo nos terrenos baldios; proliferação de favelas; loteamentos ilegais, problemas nos sistemas de transporte e de saúde; déficit habitacional, saneamento básico precário; falta de escolas e creches; menores abandonados; desemprego; violência urbana; e, por último, a instalação de indústrias poluentes, dentre outros problemas ambientais que caracterizam a maioria das cidades brasileiras.

Com exceções, a gravidade desses problemas ambientais é fruto da ineficiência de políticas de desenvolvimento urbano que não estabelecem metas para o planejamento da cidade a partir da implantação de parcerias entre o poder público local e a sociedade civil organizada. É preciso entender que

[...] há hoje nas cidades energia e criatividade suficiente para enfrentar os desafios, embora sejam pouquíssimos os mecanismos capazes de canalizar essas forças para o processo de formulação de política ou multiplicar os efeitos dos trabalhos já iniciados. (PERLMAN, 1991, p. 182).

Contrariando a perspectiva de um desenvolvimento urbano integrado com as questões ambientais e desrespeitando diretrizes já colocadas nas pautas das discussões pelos organismos nacionais e internacionais de desenvolvimento (ONU, BID, BNDS, BNB, CAIXA), vemos, na verdade, ineficiências de políticas de desenvolvimento urbano gestadas pelos atores sociais, (prefeitos, administradores, políticos, empresários, moradores) no que concerne à questão ambiental, refletindo-se na administração da cidade do Crato.

Sendo assim, surgem alguns questionamentos ligados à questão ambiental e à administração da cidade: a) que políticas nortearam e ainda norteiam o desenvolvimento urbano do Crato?; b) quais os atores sociais que interferem no planejamento da cidade do Crato?; c) por que os atores sociais ignoram o ato de planejar o desenvolvimento urbano na perspectiva ambiental?; d) qual a percepção de meio ambiente e desenvolvimento para os atores sociais urbanos da cidade?

Uma sociedade que não tem memória, identidade e respeito com sua cidade é uma sociedade infeliz. A alma de uma cidade está em cada um de seus habitantes, que devem contribuir para que sua cidade consiga respirar, progredir, existir e se tornar o “locus” da vida do cidadão (LERNER, 1992).

Concorda-se com Rodrigues (1997), quando afirma ser o meio ambiente urbano muito complexo e pouco estudado pela academia, e qualquer dos seus aspectos, apesar de ser uma controvérsia nos meios científicos, pode ser analisado tanto do ponto de vista macro como do ponto de vista micro.

[...] o relato macro caracteriza tanto a homogeneidade como a diversidade de aspectos das e nas cidades. Mostra, de maneira geral, como ocorre este processo de urbanização e da construção da urbanidade. Já o relato micro caracteriza a vida cotidiana e a ação dos homens em grupos ou formas específicas de habitar e produzir. É importante assinalar que ambas as análises contribuem para compreender a complexidade, tendo em conta que o real extrapola a todo momento o pensamento, e que o pensamento não dá conta do real. (RODRIGUES, 1997, p. 145).

Desta forma, as análises desenvolvidas no meio ambiente urbano da cidade do Crato demonstraram que as políticas públicas de desenvolvimento urbano não levaram em conta o ambiente na cidade, contribuindo para a sua degradação e deixando para os cidadãos um legado ambiental culturalmente caracterizado pelo desrespeito aos ambientes urbanos.

O conjunto das edificações, a história e memória da cidade, seus aspectos segregados, a infraestrutura, os equipamentos coletivos, as imagens, os símbolos, as representações sociais, a pobreza, as desigualdades sociais, os processos de administração urbana, de planejamento, de

políticas urbanas e a degradação do patrimônio natural da cidade são denunciadores do processo de deterioração do meio ambiente urbano.

Um amplo levantamento realizado em trabalhos de Sociologia, Geografia, Ecologia e Arquitetura permitiu a Rodrigues (1997) afirmar que a problemática ambiental urbana não está, ainda, devidamente enfocada.

Muitas são as possibilidades de análise sobre o meio ambiente urbano nas diversas áreas do conhecimento, instigando as abordagens desta questão e dificultando o desafio de tentar compreender o referencial teórico-metodológico que venha a nortear esta discussão.

Neste contexto, na tentativa de busca de referencial, entende-se que o espaço é uma categoria indispensável para análise desta questão. Percebe-se o espaço como produto social, segundo Carlos (1992), sendo esse espaço dinâmico e fruto da própria espécie humana no movimento de relação com a natureza. A produção do espaço se dá concomitantemente ao processo de transformação da sociedade, engendrada por relações contraditórias e desiguais na formação social e econômica dos modos de produção.

As relações são dialéticas e promovidas pelo movimento acentuado entre sociedade e natureza, refletindo as aspirações desta sociedade fragmentada, estruturando e promovendo a segregação sócio-espacial diante da perspectiva político-cultural das práticas sociais engendradas por concepções desenvolvimentistas do espaço urbano.

O espaço urbano caracterizado como um modo de vida, como um modo de produzir, de consumir, pensar, sentir e imaginar, refletirá as aspirações da sociedade e se materializará na produção e concretude da cidade (CARLOS, 1992).

O urbano apresenta-se como uma realidade social, composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas pelo pensamento humano. O urbano é entendido como “locus” do poder, como arena privilegiada de luta de classes, como motor das transformações sociais. O urbano é decorrente do processo de urbanização. Urbanização como passagem do modo de vida rural para o urbano, decorrência das transformações que marcam profundamente a modernidade. A sociedade urbana é uma realidade que se generaliza. A sociedade inteira torna-se urbana.

No que concerne às fronteiras entre os espaços urbanos e rurais, na modernidade, cabe um parêntese para explicitar que são cada vez menos precisas e mais flutuantes, tornando-se difícil delimitar cada um desses espaços e, até mesmo, arriscar qualquer tentativa de conceituação exata e completa. O importante é entender que há uma ascensão do modo de vida urbano em detrimento do modo de vida rural que contribui para intensos processos de congestionamentos nas cidades, com a intensificação das atividades urbanas, aumento da população, mazelas e superposição de usos dos espaços das cidades, culminando com a degradação do meio ambiente urbano e com a qualidade de vida.

Fundamental para compreender esse movimento, a cidade surge como fenômeno visível e invisível, manifestada pela vida urbana, onde perde sua naturalidade porque aparece como uma criação humana e ao mesmo tempo condição de sua existência (SILVA, 1993). A categoria cidade é entendida como forma concretizada do processo de urbanização. As cidades são resultados cumulativos de todas as outras cidades do passado sendo transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos. A cidade aparece como materialidade concreta, produto do trabalho humano. É materialização das relações da história dos homens e das mulheres, normatizados por ideologias. Aparece como um bem material, como uma mercadoria consumida de acordo com as leis de reprodução da sociedade. A cidade, assim, tem como ponto de referência a construção que as pessoas fazem da mesma. (CARLOS, 1992).

A noção de meio ambiente aparece como aquela que diz respeito à vida dos grandes grupos humanos, onde tudo que se relaciona com o ser humano e a sua reprodução está inserido por relações dialéticas. (GONÇALVES, 1989).

A categoria meio ambiente urbano tem conotação mais específica:

[...] compreende o meio ambiente urbano o conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a

infraestrutura, os equipamentos de consumo coletivos, as imagens, símbolos e representações subjetivas e/ou objetivas, o conjunto de normas jurídicas que estabelecem os limites administrativos das cidades, as possibilidades de circulação, de propriedade e de uso do espaço, do acesso ao consumo da e na cidade e um conjunto de atividades públicas e políticas. (RODRIGUES, 1997, p. 139-140).

### O meio ambiente urbano

[...] costuma ser atributo do desenvolvimento quando apresenta determinadas condições modernas de vida. As dificuldades são atribuídas aos desvios dos modelos e não ao próprio atributo do desenvolvimento desigual e combinado. (RODRIGUES, 1997, p. 139).

O meio ambiente urbano está imbricado com o ideário do desenvolvimento, fruto e semente da revolução industrial do período moderno, levando à concepção da insustentável utopia do desenvolvimento discutida por Veiga (1993), no sentido de se pensar sobre a dinâmica dos modos de produzir nas sociedades modernas, a fim de propiciar uma nova maneira de pensar e planejar as cidades.

Percebe-se, cada vez mais, que os padrões de desenvolvimento clássicos ligados às bases econômicas são limitados e levam à má distribuição social de riquezas, gerando uma vida em sociedade com grandes dificuldades do ponto de vista ambiental.

Sendo assim, novas potencialidades alternativas ligadas ao respeito ao meio ambiente, à participação social, ao incremento de parcerias entre público e privado e à valorização da cidadania já estão gerando instrumentos e modelos políticos no sentido do desenvolvimento voltado para uma vida melhor, com ênfase na administração da cidade com base ecológica e justa distribuição dos bens essenciais à vida humana.

Entende-se que o desenvolvimento urbano está ligado a essas bases acima citadas, e representa os anseios dos movimentos populares de cidadãos que não cansam de pedir maior responsabilidade dos governos no trato das questões ambientais; de corporações e instituições acadêmicas, profissionais e religiosas que não desistem de lutar contra as degradações do meio ambiente; de movimentos de proteção dos direitos humanos que bradam pela erradicação da miséria e da fome e pela própria retomada da ciência e tecnologia a serviço de uma sociedade ambientalmente ecológica (HENDERSON, 1991).

As políticas públicas de desenvolvimento urbano, conceituadas como sendo ações do poder público, que têm como objetivo o controle dos processos de mudanças do meio ambiente urbano, que vão desde a configuração interna das cidades e localidades até a estrutura geral da rede urbana, estão cada vez mais levando em conta a perspectiva ambiental.<sup>4</sup>

Formas de desenvolvimento urbano das cidades, influenciadas por movimentos democráticos compreendidos em alternativas espontâneas de autogerenciamento, de gestão pública participativa, de autonomia política e econômica, de reestruturação produtiva baseadas nos anseios dos moradores da cidade, de participação da sociedade no sentido de lutar para viver, produzir e distribuir os bens essenciais à vida humana, são cada vez mais frequentes nas administrações contemporâneas, podendo-se citar instrumentos de pensar a cidade, como o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

As políticas de desenvolvimento urbano superam a visão de cidade funcional reduzida caricaturalmente. A cidade é mais que isso. É o lugar de morar, trabalhar, circular e cuidar do corpo e do espírito. É uma realidade complexa e contraditória, ultrapassando a paisagem que se

---

<sup>4</sup> Ver sobre políticas públicas de desenvolvimento urbano o trabalho intitulado "Desenvolvimento Urbano e Gestão Municipal" do IBAM. Plano Diretor em Municípios de Pequeno Porte. Documento básico do Programa Nacional de Capacitação. Convênio IBAM/MIR/SDU/Secretaria de Relações com Estados e Municípios. Rio de Janeiro. 1994.

percebe para circunscrever sentimentos e emoções. A cidade contém a produção e a reprodução, sendo uma obra do homem que parece sobrepor-se ao próprio homem. (LEFEBVRE, 1991).

O planejamento urbano apresenta-se caracterizado por etapas de raciocínio, como um processo rigoroso de dar racionalidade à ação e à gestão democrática como sendo a continuação do planejamento, ao por em prática as determinações do que foi planejado a partir da participação da sociedade no processo de desenvolvimento urbano das cidades, no sentido que estes espaços sejam "locus" que proporcionem qualidade de vida digna para esta mesma sociedade.

Considera-se como qualidade de vida o atendimento das necessidades materiais, políticas, culturais, sociais e espirituais dos indivíduos e da sociedade. Sem concordar com a busca incessante de satisfação e superação destas necessidades. É necessário colocar limites para as necessidades, senão encontrar-se-á sempre na impossibilidade de sentir-se satisfeito numa sociedade insatisfeita, pois a sociedade moderna é de alguma forma um processo de produção ilimitada de novas necessidades.

Para tanto, trabalha-se com alguns indicadores de qualidade de vida, como saúde, educação, trabalho, habitação, lazer, salubridade urbana, estética urbana, tratamento de resíduos domésticos e industriais, valores culturais e espirituais e participação política. Estes parâmetros de qualidade de vida representam algumas das características mais marcantes na cidade do Crato, pois a grande maioria dos habitantes não usufrue dos mesmos satisfatoriamente; com relação a eles, devem ser contemplados nas políticas públicas de planejamento e desenvolvimento urbano institucionalizadas pelos municípios em parceria com os governos estaduais e federais.

O planejamento não é entendido como remédio para todos os problemas de uma cidade. O planejamento urbano não é infalível. Sabe-se que os problemas ambientais não são reflexos somente de políticas de planejamento urbano, mas do tipo de economia e de sociedade onde eles se manifestam.

O Estado surge, então, como forma de regular os conflitos sociais, limitar as lutas e os embates de interesses. Aparece como instrumento de classe e mediador dos conflitos sociais (CHAUI, 1995).

A problemática ambiental coloca em discussão a relação sociedade-natureza que tem vigorado na cotidianidade. Como ela perpassa o sentir, o pensar e o agir das sociedades modernas, no fundo, coloca também em questão o modo de ser, de produzir e de viver desta sociedade (GONÇALVES, 1989).

A questão ambiental impõe-se para a sociedade sobre diversas dimensões do ponto de vista filosófico, político, econômico, social e cultural, propiciando combinações e gerando perspectivas caleidoscópicas. As dimensões que tratam da relação sociedade-natureza consideram a natureza como um meio de produção que deve ser explorado e comercializado. Há outras dimensões que afirmam que a preocupação com a natureza está vinculada a formas antieconômicas em virtude da degradação dos ambientes para o capital. Existem ainda as análises que defendem que a valorização da natureza é um artifício ideológico criado pelo capitalismo para mais acumular e desviar a atenção da contradição capital-trabalho.

A questão ambiental diz respeito à qualidade de vida dos grupos humanos. Ela surge a partir da degradação da qualidade de vida ameaçando a própria espécie humana e comprometendo as gerações futuras.

Assim, entende-se a partir do exposto que a totalidade destas discussões atentam para o fato que complexas e contraditórias são as teorias e conceitos sobre o meio ambiente urbano. Neste contexto, entende-se que o olhar sobre a cidade do Crato visa perceber que o espaço urbano apresenta-se em conexão, onde natureza e sociedade são inseparáveis.

## **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O LEGADO AMBIENTAL NA REGIÃO METROPLÍTANA DO CARIRI**

Fala-se muito de desenvolvimento na cidade do Crato e em seu entorno, principalmente nas cidades de Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR), a partir da dimensão territorial da região do Cariri.

No imaginário popular local, percebe-se uma revolta entre os atores sociais dos três municípios citados pelo fato de haver uma certa concorrência nos aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano destas cidades, bem como o fato de a região do Cariri não representar mais, do ponto de vista político-econômico, um lugar de destaque como representou no passado,

em relação ao estado do Ceará. Popularmente, afirma-se que Juazeiro do Norte tomou o lugar do Crato em termos de desenvolvimento, principalmente devido às questões religiosas, onde o mito do Padre Cícero permanece forte, gerando um grande movimento de romeiros, incrementando a economia urbana local.

Ainda no imaginário popular, existe uma aclamação geral em prol do desenvolvimento do Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e entorno, especialmente na região do Cariri como um todo, como se pode perceber através dos discursos de alguns representantes políticos da região nos principais jornais do Estado.

A proposta de criação do "Estado do Cariri", por José Roberto Celestino, no Pacto de Cooperação do Cariri, como saída para a resolução dos problemas regionais, também é representativo do imaginário popular sobre o desenvolvimento da região (O POVO, 26.08.1996).

Os conflitos existentes entre as três cidades principais da região, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, formando o triângulo Crajubar, no que se refere ao desenvolvimento de uma em relação a outra, são expressas a partir de tendências das políticas públicas de desenvolvimento urbano, não só internas, mas externas.

Estas expressões de desenvolvimento, propostas pelas lideranças locais, ocorrem em qualquer região dentro do território brasileiro, sempre influenciadas por projetos maiores de desenvolvimento global, nacional e estadual, gerando políticas públicas de desenvolvimento urbano que interferem na organização das cidades.

Estas cidades, como estão próximas, dificultando a delimitação de suas fronteiras, não podem ser analisadas separadamente, mas fazendo parte de um conjunto, como uma aglomeração que está se formando, hoje sendo chamada de Região Metropolitana do Cariri (RMC). Talvez este instrumento de política urbana resolva os dilemas dos moradores destas cidades, pois apesar de ainda haver uma disputa representativa no imaginário popular da perda da força do Crato para a cidade de Juazeiro, o fato concreto que está sendo proposto consiste na regionalização/diferenciação das cidades a partir de um processo de planejamento e desenvolvimento integrado, evitando, assim, conflitos políticos entre as lideranças que disputam poderes na região.

As origens das políticas de desenvolvimento no Ceará estão ligadas à lógica do desenvolvimento socioeconômico e político do Brasil já no seu período colonial, como se constata ao analisar a estrutura agrária ligada à monocultura açucareira. Assim, os modelos de desenvolvimento do estado do Ceará estiveram sintonizados com os modelos de desenvolvimento do país, atendendo aos anseios ditados e normalizados por políticas macroeconômicas e microeconômicas de desenvolvimento. Por exemplo, o desenvolvimento da região do Cariri esteve ligado a projetos maiores e, principalmente, a projetos desenvolvimentistas do governo do Estado ao longo da história, como os projetos de industrialização ligados ao governo estadual com financiamento da Sudene.

O processo de produção do espaço cearense deu-se, predominantemente, a partir da criação extensiva. A imensidão de terras a explorar propiciou um tipo de dispersão agrária responsável pelo florescimento de grandes fazendas que se distanciavam, caracterizadas pela auto-sustentação. Desta forma, a inexistência de trocas comerciais entre as fazendas, pelo tipo de exploração econômica das terras, pela extensão das fazendas e pelo isolamento da população do sertão e regiões úmidas, explicam a pobreza das cidades e vilas nos primeiros séculos da colonização do Ceará (SOUZA, 1994).

A fundação das primeiras vilas e das primeiras cidades teve o intuito de exercer funções administrativas, militares e religiosas. Então, as cidades começaram a surgir quando aglomerações populacionais em torno quase sempre das igrejas, devido às missões jesuítas, passaram a assumir funções comerciais como centros de trocas de mercadorias. Mas, segundo Girão (1985), as primeiras cidades surgiram no litoral, favoráveis à implantação de portos e à defesa da costa, com funções exclusivamente militares. Por sua vez, o desenvolvimento destas primeiras cidades deu-se em decorrência da posição geográfica e da situação que elas tinham em relação aos eixos de comércio e aos centros produtores, permitindo, assim, o desenvolvimento de serviços, de atividades de beneficiamento da produção agrícola e fabricação de alguns produtos de grande consumo.

A primeira cidade do estado do Ceará, Fortaleza, foi somente fundada em 1823. Posteriormente, surgiram outras, como Sobral (1841), Icó e Aracati (1842), Quixeramobim (1856), Baturité (1858).

Foi somente com o desenvolvimento da cultura do algodão e a implantação do sistema ferroviário que se modificou profundamente o desenvolvimento do estado do Ceará e a sua estrutura urbano-espacial. Estas modificações de ordem político-econômico-social no Ceará, vinculadas a processos internacionais e nacionais de divisão do trabalho, com a influência do desenvolvimento das vias de comunicação, foram fundamentais para o crescimento da cidade de Fortaleza, como centro metropolitano, e de outras cidades do interior do Ceará, como Juazeiro do Norte, Crato, Sobral e Iguatu, como centros regionais.

Fortaleza concentrou, assim, a sede do governo do Estado e vários outros organismos da administração federal, como o BNB e o DNOCS, evidenciando o processo de metropolização que cataliza as populações, as atividades econômicas e decisões políticas, marcando sensivelmente o desequilíbrio em termos espaciais com o processo de crescimento de Fortaleza em detrimento das outras cidades.

Esta configuração urbano-territorial no estado do Ceará não deve ser encarada como fato isolado. Não aconteceu por acaso, mas sim em virtude de modelos de desenvolvimento ditados e normalizados por interesses externos e principalmente nacionais, que generalizou o modelo de malha urbana nos estados. Um grande marco de partida nesta direção foi incrementado a partir da criação do BNB em 1952, a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1956 e a Sudene em 1959 que, com suas políticas de desenvolvimento do Nordeste através dos grandes projetos de investimentos (GPIs), passaram a dinamizar o processo de industrialização e urbanização nos moldes propostos pelos modelos de desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 1977). Estas políticas foram implantadas para resolver os problemas das disparidades regionais do Nordeste quando comparado ao Centro-Sul, em decorrência do relativo atraso socioeconômico da região.

Estas intervenções no Nordeste foram capazes de promover o crescimento econômico e a modernização da economia na região. Entretanto, não foi possível atingir os efeitos esperados quando da implantação dessas políticas de desenvolvimento, em virtude de não ter eliminado ou até mesmo diminuído as disparidades regionais entre o Nordeste e o Sudeste, por não gerar emprego e renda que promovessem a absorção do grande excedente de força de trabalho da região. Ao contrário, as taxas de desemprego e de subemprego permaneceram elevadas, ao lado de altas taxas de emigração, miséria, falta de moradias, educação e saúde precárias. O mesmo aconteceu no Ceará, onde houve um grande incremento e desenvolvimento da cidade de Fortaleza, no litoral cearense, em detrimento das cidades do sertão, das serras e chapadas, no caso Crato, Juazeiro e Barbalha.

A partir do exposto, pode-se perceber que a dimensão da questão socioambiental através das políticas públicas no Ceará se deu ao avesso do que se diz ser uma política ambiental, considerando a fragilidade do processo histórico da formação social e territorial do Estado.

Certamente, todo o estado do Ceará está calcado por dimensões degradantes no que diz respeito à questão ambiental. A região do Cariri não é exceção, haja vista que muitos problemas afetam o meio ambiente.

Seguindo a lógica do desenvolvimento implantado tanto no Brasil como no Ceará, o município do Crato e os municípios vizinhos, Juazeiro do Norte e Barbalha, e mesmo suas hinterlândias, tiveram como legado grandes impactos relacionados com o meio ambiente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi sob essa perspectiva que se buscou entender os problemas ambientais inerentes ao desenvolvimento urbano na cidade do Crato, estado do Ceará, no sentido de defender a necessidade de se pensar o planejamento e a gestão municipal na dimensão participativa e com preocupações ambientais. Sendo assim, analisou-se a problemática ambiental e as políticas urbanas municipais no que se refere ao desenvolvimento e meio ambiente.

Esta preocupação surgiu e ganhou maior notoriedade após a Constituição Brasileira de 1988, que demonstrou preocupação com o problema ambiental urbano, a ponto de trazer expres-

sa referência ao meio ambiente (Art. 225), ao direito urbanístico (Art. 24, Inciso I) e à política urbana (Art. 182 e 183), além de incluir, na competência explícita dos municípios, a promoção do ordenamento territorial, através do planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano (Art. 30, VIII). (BRASIL, 1988).

Com a Constituição de 1988, o poder local se fortaleceu e obteve como propósito direcionar e implementar planos estratégicos de cidade que viesse a contemplar a relação harmoniosa entre desenvolvimento e meio ambiente. A sociedade, através de mecanismos de organização e instrumentos de planejamento municipal, também saiu fortalecida nos seus direitos de participar da destinação da cidade, ensejando assim um maior engajamento dos moradores na tomada de decisões relativas à urbe.

A partir da inserção na economia regional do estado, Crato foi-se firmando como cidade média e centro regional que, como tantas outras pequenas e médias cidades brasileiras, deixou como legado histórico um ambiente urbano de grandes impactos do ponto de vista político, econômico, social, cultural e ambiental.

Vivendo essencialmente do passado, época em que o Crato apresentava uma economia urbana bastante dinâmica, os atores sociais, com exceções, responsáveis pelos rumos da cidade, como os prefeitos, administradores, políticos, empresários, operários, jovens, estudantes e intelectuais, não buscaram e não buscam mecanismos de ordenamento do convívio coletivo e do crescimento da cidade, provocando uma crise que atinge a cidade ainda hoje, a exemplo de outras cidades brasileiras de pequeno e médio porte.

Vários problemas ambientais foram detectados no decorrer desta análise, em decorrência das ineficientes políticas públicas de desenvolvimento urbano baseadas em critérios economicistas e imediatistas, que não levaram em conta os instrumentos de planejamento ambiental urbano, como: o plano diretor, hoje obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes; a lei de zoneamento, lei de parcelamento do solo urbano; código de obras; código de posturas, entre outros mecanismos ligados ao direito ambiental que procuram garantir dias melhores para os habitantes da cidade.

O planejamento e as políticas urbanas na cidade do Crato não atenderam aos anseios da grande maioria de sua população no que se refere às melhores condições de vida, em virtude, principalmente, dos modelos de desenvolvimento urbano adotados pelos administradores municipais. Tal fato se deve à cultura existente por parte do poder público de pensar desenvolvimento apenas do ponto de vista econômico, com fins de alimentar a necessidade insatisfeita de alguns grupos de mais acumular, em detrimento de uma grande maioria.

A cidade tornou-se espaço privilegiado para apropriação e acumulação de capital, sendo consumida de forma desigual e contraditória, repercutindo na forma como os moradores se identificam com a cidade. A não politização, por parte dos movimentos sociais, na forma de conceber a cidade levou a uma cultura institucionalizada de não pensá-la do ponto de vista do planejamento e da gestão ambiental urbana, contribuindo para a decisão de se adotarem políticas de desenvolvimento urbano que surtiram poucos efeitos quanto aos destinos de melhorar a vida dos habitantes e da urbe.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente** São Paulo: Contexto, 1989.

- HENDERSON, Hazel. **Transcendendo a Economia**. São Paulo: Cultrix, 1991.
- IBAM. Desenvolvimento Urbano e Gestão Municipal. **Plano diretor dos municípios de pequeno porte**. Rio de Janeiro, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LERNER, Jaime. Ação local, sobrevivência global. **Ecologia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 14, Abril 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene e Nordeste: Planejamento e Conflitos de Classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- O POVO. **Jornal**. 26.08.1996.
- PERLMAN, Janice. Uma estratégia de mão dupla para a mudança deliberada das cidades. In: CONGRESSO CIDADES ANOS 90: catástrofe ou oportunidades? Rio de Janeiro, 1991. **Anais...** Rio de Janeiro/Canadá/IBAM, 1991.
- RODRIGUES, Arlete. o meio ambiente urbano: algumas proposições metodológicas sobre a problemática ambiental. In: SILVA, J. B; COSTA, M. C. L.; DANTAS, W. C. (Org.) **A Cidade e o urbano: Temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, Armando Correia da. Um tema para reflexão, cidade visível e cidade invisível. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, Fortaleza, 1993. **Anais...** Fortaleza: AGB/CNPq, 1993.
- SOUZA, Simone. (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- VEIGA, José Eli da. A Insustentável Utopia do Desenvolvimento. In: LAVINAS, Lena. (Org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1993.